

NOTA INTRODUTÓRIA

*À memória da
Filomena Lopes de Barros*

Mafalda Soares da Cunha
Universidade de Évora – CIDEHU

Este livro nasceu do interesse da editora LeYa de publicar um livro sobre as resistências no império português, após ter tido contacto com os doze episódios de resistência no mundo ibérico editados pelo jornal *Expresso* (<https://multimedia.expresso.pt/resistentes/>). Tal como os textos publicados no *Expresso*, também os deste livro, especificamente dedicado ao império português e ao grande público, fazem parte do projeto europeu *RESISTANCE: rebelião e resistência nos impérios ibéricos, séculos XVI-XIX* (n.778076-H2020-MSCA-RISE-2017) do qual sou coordenadora.

Reunindo uma equipa de mais de cem investigadores de treze instituições universitárias europeias e não europeias, o projeto *RESISTANCE* tem como objetivo investigar, produzir e disseminar conhecimento sobre as formas de resistência protagonizadas por pessoas discriminadas em função do seu género, religião, etnia, raça ou nível de riqueza. Nele procura-se comparar as resistências ocorridas nas metrópoles e nos diferentes espaços coloniais e aquelas que tiveram lugar nas partes portuguesa e espanhola dos impérios ibéricos, num período de observação longo que se estende desde os inícios do século XVI com a colonização em África, Ásia e América até ao rescaldo das independências americanas na primeira metade do século XIX.

Não é por isso de estranhar que uma parte dos colaboradores deste livro coincida com investigadores do *RESISTANCE*, que os temas tratados cubram uma variedade grande de questões analisadas no âmbito do projeto, e que tenha sido relativamente simples desenhar o livro: 50 textos curtos, em torno de duas ideias-chave – resistência e diversidade –, um mesmo leque de protagonistas – pessoas ou grupos pertencentes a categorias sociais discriminadas –, e uma pergunta comum: como é que a resistência desses indivíduos influiu nos processos de transformação social?

Sabe-se hoje que as ações de resistência não se limitam às expressões coletivas e violentas que se desenvolvem no espaço público, embora essas sejam, sem dúvida, aquelas que são mais conhecidas. No intervalo cronológico aqui abrangido, estas resistências públicas eram designadas por um léxico diversificado. As palavras motins, sedições, desordens, revoltas, rebeliões, desobediências, sublevações, alterações, levantamentos, inquietações, perturbações, alvoroços, tumultos, assuadas ou desacatos eram utilizadas para identificar ações de rutura ou de infração à ordem – i.e. referenciavam movimentos públicos de resistência à autoridade estabelecida –, mas podiam ter (ou não) o mesmo significado. Este número elevado de quase sinónimos indicia, naturalmente, a frequência com que estes atos de rebeldia ocorriam nestes séculos. Permite igualmente desconstruir ideias sobre o carácter socialmente pacífico destas sociedades pretéritas, fossem elas metropolitanas ou ultramarinas.

Note-se, no entanto, que resistir nem sempre implicava oposição aberta às autoridades e enfrentamento público. Podia-se também resistir de forma passiva ou dissimulada, no quotidiano e através de ações individuais. Esses casos incluem as várias expressões de recusa de participação nos ordenamentos político, religioso e social dominantes. Alguns exemplos disso são a deserção do exército, a fuga ao imposto, à escravização ou ao trabalho forçado, o contrabando, os

filhos ilegítimos, a prática do concubinato e, ainda, a utilização de quadros normativos alternativos que os historiadores do direito têm vindo a designar por «pluralismo legal». Mas também incluíam outros aspectos menos visíveis como o rumor, o boato, o incumprimento de tarefas ou o absentismo.

Já a resistência cultural visava a preservação das memórias e das identidades das categorias sociais subalternizadas. Abarca manifestações de insatisfação social perante os quadros culturais dominantes e tornava-se visível através dos vários tipos de narrativas escritas, visuais ou sonoras produzida por essas pessoas ou grupos de pessoas. Mas não só. Incluía também a manutenção de rituais e cerimónias próprias ou o uso dos idiomas originários, mesmo que, para evitar a repressão das autoridades dominantes, tivessem de ocultar ou disfarçar essas práticas.

Numa cultura política que privilegiava a harmonia em detrimento do conflito, as manifestações de resistência não se esgotavam na oposição mais ou menos aberta, pública ou privada, ao sistema vigente. Podia-se resistir, também, através da negociação e da participação política. Ou seja, os membros dos grupos segregados podiam combater o sistema a partir de dentro, através da participação nas instituições políticas e judiciais locais ou reinícolas (câmaras, corporações de ofícios, cortes, tribunais de índios), religiosas (confrarias, paróquias, misericórdias), ou comunitárias (quilombos, mocambos). Podiam igualmente negociar os diferendos com recurso a cedências mútuas ou a contrapartidas em mercês e outros favores. A análise destas situações, para além de evidenciar a negociação como a forma mais usual na resolução de conflitos, permite identificar os argumentos utilizados pelos diferentes intervenientes, bem como a relação dos grupos envolvidos (ou dos seus representantes) com as autoridades estabelecidas.

Como o leitor poderá verificar em muitos dos episódios agora narrados, os grupos social e politicamente discriminados

nem sempre estavam marginalizados dos órgãos de decisão política, nem eram apenas vítimas passivas. Muitos participaram ativamente em processos de negociação política com os dominantes, contribuindo, com mais ou menos sucesso, para travar, inverter ou amenizar decisões contrárias aos seus interesses. Essa é a razão pela qual se encontram numerosas situações que desvendam graus de politização insuspeitos, a capacidade de mobilização e de intervenção política que pressupõe o acesso e o controlo sobre a informação que circulava, para não dizer mesmo, um conhecimento relevante sobre os meandros políticos. E a leitura atenta destas e de outras ações mostra muitos casos de lideranças rebeldes eficientes e, por vezes, um planeamento cuidadoso das várias etapas das revoltas. Ou, ainda, uma utilização astuta dos ordenamentos legais disponíveis para peticionarem privilégios para si ou para serem abolidos privilégios de outros, considerados abusivos.

Como se assinala em várias contribuições deste livro, na época, este tipo de atributos e qualidades não era facilmente reconhecido por quem relatava as desordens e os motins para os centros de decisão, estivessem eles na metrópole ou nos domínios ultramarinos. O mais habitual era uma exposição dos factos que destacava a ferocidade e a brutalidade dos sublevados, a inconsistência e a imprevisibilidade das suas ações, compondo um discurso desqualificador que projetava uma imagem de irracionalidade, quando não mesmo de desumanização. E esta desumanização justificava depois a repressão desapiedada por parte das autoridades para restaurar a ordem perdida. Fosse ela a ordem pública terrena ou o caminho da salvação eterna dos cristãos de Roma.

Apenas uma leitura atenta, perspicaz e a contrapelo por parte dos historiadores permite ir além destes discursos produzidos pelas autoridades, alcançar distanciamento crítico e matizar as visões desqualificadoras das ações e dos ideários de resistência dos desfavorecidos.

Pese embora o reconhecimento da agência dos grupos subalternos, tal não significa, que a resistência protagonizada pelas categorias sociais subordinadas tenha implicado a progressão linear e a generalização de direitos humanos e cívicos. Na verdade, os processos de resistência foram descontínuos e as agendas desses grupos eram muitas vezes conservadoras e reativas às mudanças propostas pelas autoridades. Não só as motivações para resistir eram muito variadas, como as reações das autoridades implicaram, muitas vezes, uma retração de direitos já alcançados.

De modo a dar conta desta multiplicidade de situações, o livro constrói-se a partir de uma diversidade de casos situados em contextos mais gerais, quer no que respeita à cronologia e à geografia, quer nos temas e nos protagonistas. A apresentação dos episódios inclui a totalidade do império português (i.e., o reino de Portugal e os territórios ultramarinos) e segue a ordem cronológica. O propósito é expor situações mais ou menos contemporâneas, que nem sempre são determinadas por contextos geográficos, sociais ou culturais específicos. A sequência cronológica permite, ainda, surpreender causas ou motivações partilhadas por alguns rebeldes, revelando Portugal e o seu império como um espaço onde circulavam tanto leis e formas institucionais, quanto ideias subversivas. O arco temporal cobre cerca de três séculos e meio (11 para o século XVI, 15 para o XVII, 17 para o XVIII e sete para a primeira metade do século XIX).

Recorde-se que todas as parcelas do império português se regiam pelos mesmos quadros legais contidos, no essencial, nas *Ordenações Filipinas* de 1603. Tendência dominante foi também a transferência de modelos institucionais metropolitanos para os espaços coloniais. Com limites, no entanto, já que o grau elevado de diversidade cultural que se verificava nessas regiões obrigou os juristas a esforços constantes para compatibilizar a casuística e a normativa própria dos vários territórios do império com o ordenamento legal

e institucional português. Esforços também para perseguir as transgressões mais escandalosas, entre as quais se contam os comportamentos desviantes em matéria de religião e de costumes, de acordo com a moral definida pela Igreja de Roma no Concílio de Trento (1545-1563). A complexa malha do Santo Ofício, ou Tribunal da Inquisição (1536), garantia a fiscalização e a repressão de todos esses desvios, quer fossem praticados em solo ibérico, quer nos espaços ultramarinos.

É em relação a estes e a outros contextos mais gerais que os moradores dos campos e vilas do Algarve, na primeira metade do século XVII, convivem com os das aldeias indígenas da Bahia, de Cabo Frio e do Rio de Janeiro, e com os negros fujões das montanhas da ilha de Santiago em Cabo Verde; os habitantes dos sertões de Benguela, do Congo ou da Macuana, em Moçambique, com os cativados das embarcações no alto mar atlântico; os cárceres da Inquisição dos renegados e cristãos-novos com os martírios de cristãos em Cuncolim e no Japão às mãos das populações locais; os trabalhadores das obras do convento de Mafra com os escravizados das roças de São Tomé e as donas do vale do Zambeze; as ruas e praças de centros urbanos como Lisboa e Porto, Rio de Janeiro e Salvador, com as vilas da Ribeira Grande e da Praia em Cabo Verde; as revoltas em Tânger e no Porto com as de Vila Rica em Minas Gerais, e as de Ormuz, Ceilão, Goa ou Timor. Ou a mais subtil resistência ocorrida com o abandono de Malaca; as discussões doutrinárias na comunidade cristã da Serra, na Índia; ou os protestos veementes de tantas mulheres cujo estatuto social mais faria prever comportamentos submissos.

Importa, no entanto, salientar que a escolha dos casos não decorreu da importância específica que cada um deles teve no processo histórico, mas sim da constatação de que a resistência foi conduzida por muita gente, cujos nomes não fazem parte da nossa memória coletiva, mas que contribuíram para as mudanças sociais e políticas em vários territórios, em

diversas cronologias. Esta ideia é que é nova: percebermos que as mudanças sociais relevantes foram protagonizadas por heróis e elites, mas também, muitas vezes, por pessoas que ficaram anónimas. Deste modo, a observação dos fenómenos de resistência a partir do prisma das categorias sociais desfavorecidas – e, sobretudo, das vozes e ações que, por diferentes razões foram esquecidas – desafia alguns dos estereótipos mais difundidos no senso comum. E esta alteração de perspetiva permitiu que os autores escrutinassem os contextos e as motivações de pessoas de categorias sociais tão variadas quanto pessoas cristãs-novas, muçulmanas, judias, mouriscas e escravizadas, mulheres, renegados, populações ameríndias, africanas e asiáticas, mineradores, pescadores, soldados, artesãos ou habitantes de espaços rurais. Ou combinações variáveis de membros dessas diferentes categorias, como também se observa em algumas das narrativas.

Estes textos permitem, por um lado, perceber que as situações em que a mobilização e a indignação social se revelaram mais transversais foram também aquelas que provocaram mais alarme e, conseqüentemente, repressões mais duras por parte do poder. E estas ocorreram sobretudo no século XVIII, época em que a malha da administração da justiça e da fazenda se densificou e em que a autoridade régia puniu mais duramente o incumprimento e a rebeldia contra as suas determinações.

Por outro, eles mostram que o tema da unidade ideológica, em que sobressaía a unidade da fé católica e se legitimava na alegada vocação universalista da expansão portuguesa, era matéria que concitava muita oposição ou, pelo menos, muitas infrações entre os habitantes do reino de Portugal e dos seus domínios ultramarinos.

Nos territórios extra-europeus a motivação próxima para a desobediência foi, frequentemente, a resistência anti-colonial. A designação é deliberadamente vaga, pois esta agregava uma multiplicidade de causas de rejeição: oposição

à expropriação dos recursos naturais, como a terra, a água, a caça e a pesca ou os minérios; recusa da conversão forçada ao catolicismo, ao aldeamento nas missões e ao conjunto de práticas comportamentais que implicavam; rejeição dos deveres e exigências que a progressiva extensão da malha político-administrativa gerava, fossem eles de natureza fiscal, militar ou judicial; oposição à exploração do trabalho e à perda de liberdade resultante do trabalho forçado ou da escravização; resistência ao poder patriarcal ou a outras hierarquias sociais dos dominantes. Repita-se, entretanto, que, dependendo das circunstâncias concretas, podia-se tentar concretizar estas aspirações através de processos de negociação ou de atos dissimulados.

Por fim, agradeço à LeYa nas pessoas de Francisco Camacho e do Sebastião Veloso a proposta desencadeadora deste livro e o acompanhamento profissional, amável e constante durante os meses da sua produção.

Este livro não seria possível sem a colaboração dos 35 autores a quem agradeço muitíssimo a imediata disponibilidade, a rapidez e, sobretudo, a competência com que responderam ao meu pedido. A amizade também, pois tenho a sorte de contar com bons amigos entre eles. São quase todos académicos, pertencentes a várias instituições universitárias portuguesas, cabo-verdianas, brasileiras e norte-americanas. Existe diversidade também no grau de experiência de cada um, pois este leque de autores agrega desde investigadores em fase final dos seus doutoramentos até aqueles que têm carreiras bastante mais maduras. Se a todos agradeço, dedico esta obra a uma colega e amiga da Universidade de Évora que nos deixou inesperadamente em 8 de março de 2021. Chamava-se Filomena Lopes de Barros e, além de uma pessoa incrível, era uma notável investigadora das minorias religiosas em Portugal.